

Congresso se convoca para votar orçamento

BRASÍLIA — O Congresso Nacional decidiu ontem fazer uma autoconvocação para apreciar, durante o mês de julho, o orçamento da União para 1994, que até hoje não foi aprovado, e as medidas provisórias do Plano Real. Ontem, os líderes partidários não aceitaram a proposta de adiar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Hoje, o Congresso se reúne para votar as LDOs de 1994 e 1995. "Se não votássemos a LDO, o orçamento da União para este ano não pode ser aprovado pelo plenário", explicou o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE).

Segundo ficou acertado entre os líderes, no período de autoconvocação funcionarão apenas a Comissão Mista de Orçamento e a comissão designada para apreciar as MPs. Os parlamentares que não integram essas comissões ficam liberados para fazer campanha em seus estados. Eles acreditam que até o dia 18 de julho, o orçamento poderá ser votado pelo plenário do Congresso.

Quórum — "Todos os congressistas devem ser convocados para os dias 19, 20 e 21 de julho para votar o orçamento", disse Inocêncio. Ele não acredita que haverá falta de quórum no período de autoconvocação. "Todos estão cientes da urgência do orçamento", disse.

Além das LDOs, os líderes partidários vão tentar apreciar medidas provisórias. Constituição diz que o Congresso não pode entrar em recesso sem aprovar a LDO. A LDO para este ano, votada em 1993, vai ser votada novamente por causa das alterações sugeridas pelo governo.

Com a autoconvocação, o governo ficará desobrigado de convocar o Congresso extraordinariamente, caso decida editar medidas provisórias complementares ao Plano Real. Inocêncio afirmou que a autoconvocação não vai gerar despesas extras para o Congresso. Segundo ele, um decreto legislativo desobriga o pagamento de diárias quando não há intervalo entre o início do recesso e a convocação.